

# **Unidade 1 - Fundamentos da Responsabilidade Socioambiental**

---

**E-Book - Apostila**

# Introdução da disciplina



**DOUTORA EM CIÊNCIAS**

Mikaela Marques Pulzatto



**DOUTORA EM CIÊNCIAS  
AMBIENTAIS**

Laryssa Helena Ribeiro  
Pazianoto

Olá, estudante! Tudo bem?

Para darmos início ao nosso conteúdo, assista ao vídeo de apresentação a seguir.

## Recurso Externo

Recurso é melhor visualizado no formato interativo

Agora, daremos início à nossa unidade! Vamos lá?

# Introdução da unidade

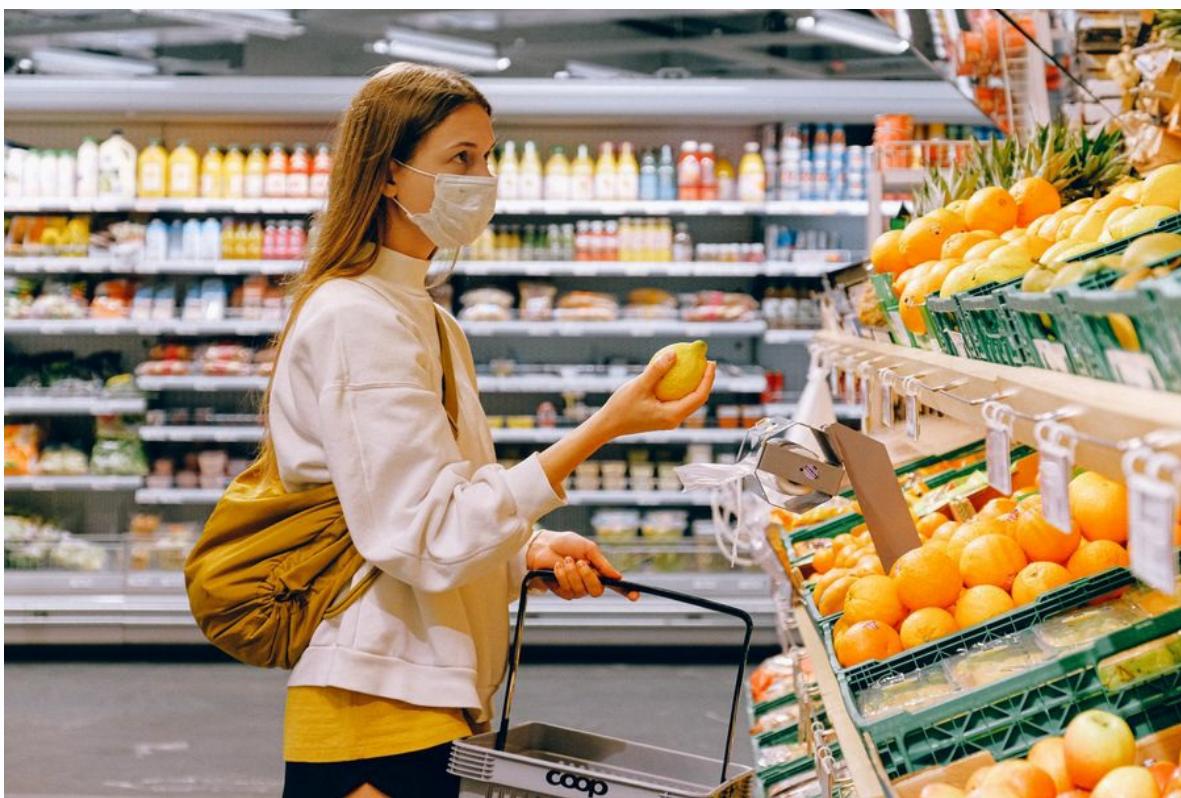
Você sabe definir o que é Responsabilidade Socioambiental (RSA)? Sabe citar quais são os princípios dela? Pois é exatamente isso que aprenderemos nesta Unidade! Antes de mais nada, precisamos entender como a responsabilidade social surgiu no mundo corporativo. Contextualizaremos, então, o cenário socioeconômico mundial desde o século XX até os dias atuais, destacando os principais eventos que levaram à necessidade da incorporação dessas práticas pelas empresas. Depois, descobriremos quais foram os principais problemas do planeta que trouxeram à tona discussões sobre a necessidade de proteção e de conservação do meio ambiente no âmbito global e, consequentemente, como essas discussões se incorporaram ao mundo corporativo.

Então, pontuaremos os principais princípios da RSA, de acordo com a ISO 26000, e também os princípios específicos ligados ao meio ambiente. Por fim, vamos indicar algumas abordagens e estratégias que as empresas devem aplicar a fim de cumprir com a RSA.

## **O que é Responsabilidade Socioambiental (RSA)**

As **questões socioambientais** têm sido cada vez mais debatidas no mundo todo. Você provavelmente já ouviu falar sobre as mudanças climáticas, a poluição dos oceanos e as crises hídricas sofridas em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil. Além disso, também deve estar acostumado a escutar notícias sobre pobreza, desigualdade social e insegurança alimentar afetando diversos países no mundo todo. Porém você já parou para refletir em como todas essas questões globais afetam o seu dia a dia? Ou até mesmo em como poderíamos solucionar esses problemas ou, ao menos, contribuir para mitigá-los?

Vamos pensar em uma situação simples do dia a dia. Você vai ao supermercado fazer as compras da semana e se depara com uma infinidade de marcas disponíveis. Quais são os critérios que você considera para escolher uma opção? Preço? Embalagem? Custo-benefício? Qualidade? Geralmente, estes são os fatores que vêm primeiro à nossa cabeça, não é mesmo? Mas será que você já parou para pensar na **empresa** que está por trás daquele produto? Como aquele produto chegou até as suas mãos? Quais e quantos **recursos naturais** foram utilizados para produzi-lo? Em quais condições as **pessoas** trabalharam para que ele pudesse ser produzido?



**FIGURA 1 - Imagem ilustrativa de uma consumidora escolhendo opções de produtos em um supermercado.**

Fonte: Anna Shvets / Pexels.

De maneira geral, o mercado consumidor global tem se preocupado, cada vez mais, com essas questões. De acordo com uma pesquisa global *on-line* realizada pela NielsenIQ, em 2013, 50% dos entrevistados se mostraram dispostos a pagar mais por produtos e serviços oriundos de empresas que promovam impactos socioambientais positivos. Esse número cresceu para 55% em 2014 e chegou a 66% em 2015. Além disso, quando perguntados sobre os fatores que os influenciam na hora da compra, as principais respostas foram: confiança da marca; ingredientes naturais; e benefícios para a saúde e para o bem-estar (SUSTENTABILIDADE..., 2021).

**SAIBA MAIS**

Mentalidade verde e amarela: a procura por produtos sustentáveis e saudáveis tem sido cada vez maior por parte dos consumidores brasileiros, e as empresas parecem estar aproveitando esse nicho de mercado!

Quer saber mais sobre este assunto? Então, leia a reportagem da NielsenIQ, na íntegra, a seguir.

Saiba mais acessando:

<https://nielseniq.com/global/pt/insights/analysis/2021/sustentabilidade-e-saudabilidade-os-dois-ss-que-colocam-o-seu-produto-na-mente-de-muitos-brasileiros/>

Em resposta a essas novas exigências do mercado consumidor, as empresas tiveram que se adaptar e começar a desenvolver planos de ações bem claros e específicos para beneficiar a sociedade e o meio ambiente. A partir de então, a pauta socioambiental passou a ser incluída nas agendas empresariais, atendendo pelo termo **Responsabilidade Socioambiental (RSA)**.

*Para atender a essas novas demandas, as organizações precisam oferecer produtos socialmente corretos e estabelecer um relacionamento ético com seus clientes, fornecedores e funcionários, bem como preocupar-se com as questões ambientais e com a qualidade de vida da sociedade (ALENCASTRO, 2012, p. 48).*

A RSA é um termo bastante recente que engloba múltiplas áreas do conhecimento, como Administração, Economia, Ciências Sociais e Ciências Ambientais, portanto a definição dela varia de acordo com diferentes autores. Há pelo menos 37 definições diferentes de responsabilidade social corporativa, das quais 25 abordam o tema ambiental (DAHLERUD, 2008). Mesmo assim, o fato é que o termo tem sido diretamente atrelado à gestão empresarial, e a incorporação dele ao mundo dos negócios é cada vez mais importante.

Uma das definições mais recentes da RSA traz a ideia de que "responsabilidade socioambiental é a responsabilidade que uma empresa ou organização tem com a sociedade e com o meio ambiente além das obrigações legais e econômicas" (NOVO, 2019, *on-line*).

Porém, para entender melhor o significado de RSA, precisamos compreender como o pensamento socioambiental evoluiu na sociedade de acordo com alguns acontecimentos históricos e, finalmente, como essa conscientização ingressou no mundo corporativo. Para isso, convidamos você a fazer uma viagem no tempo para conferir como esse processo ocorreu na história da sociedade.

## **Desenvolvimento histórico da RSA**

Primeiramente, é importante salientar que as questões estritamente sociais ingressaram na agenda empresarial antes das questões ambientais. Isso aconteceu porque a sociedade, em geral, começou a levantar a problemática ambiental algumas décadas depois dos debates sobre os direitos humanos. Tendo isso em vista, discutiremos, primeiramente, como surgiu a ideia de responsabilidade social e como essa temática ingressou no mundo corporativo, antes de nos aprofundarmos no âmbito ambiental propriamente dito.

### **As necessidades sociais em um mundo em transformação**

Apesar de indícios de que algumas empresas praticavam ações que visavam a benefícios para a sociedade no final do século XIX, o conceito de responsabilidade social foi incorporado ao mundo empresarial apenas na segunda metade do século XX. As ações praticadas, até então, compreendiam principalmente auxílios financeiros às classes mais necessitadas, como idosos, pessoas com deficiência e desempregados, e eram vistas como atitudes filantrópicas.

FILANTROPIA	RESPONSABILIDADE SOCIAL
As motivações são humanitárias.	Atuação social para além de motivações altruístas, entendida como responsabilidade.
A participação é reativa, e as ações, isoladas.	A participação é proativa, e as ações, mais integradas.
A relação com o público-alvo é de demandante e de doador.	A relação com o público-alvo é de parceria, de interdependência, de compromisso e de partilha de responsabilidades.
Não há preocupação em associar a imagem das empresas à ação social.	Busca-se dar transparência à atuação e multiplicar as iniciativas sociais.
Não há preocupação em relacionar-se com o Estado.	Relação de parceria com o Estado, ao repartir responsabilidade e ampliar o alcance das ações de controle.
Os resultados resumem-se à gratificação pessoal de poder ajudar.	Os resultados são preestabelecidos; há preocupação com o cumprimento dos objetivos propostos; são elaborados projetos estruturados, comprometendo-se com sua continuidade.
A ação social decorre de uma opção pessoal dos dirigentes.	A ação social vai além de uma opção individual dos dirigentes. É incorporada à cultura da empresa, e os compromissos sociais são assumidos e publicamente divulgados.

QUADRO 1 - Comparação entre as características das ações filantrópicas e das ações de responsabilidade social

Fonte: ALESSIO, 2004 [Adaptado].

Entretanto a filantropia estava muito mais focada em prover assistência às pessoas do que em, de fato, provocar transformações sociais, ambientais e econômicas mais profundas na sociedade. Com o passar do tempo, a conscientização da sociedade levou à substituição das ações filantrópicas por um novo conceito, dando origem à **responsabilidade social** (MANZOLI, 2011; CALDAS, 2020).

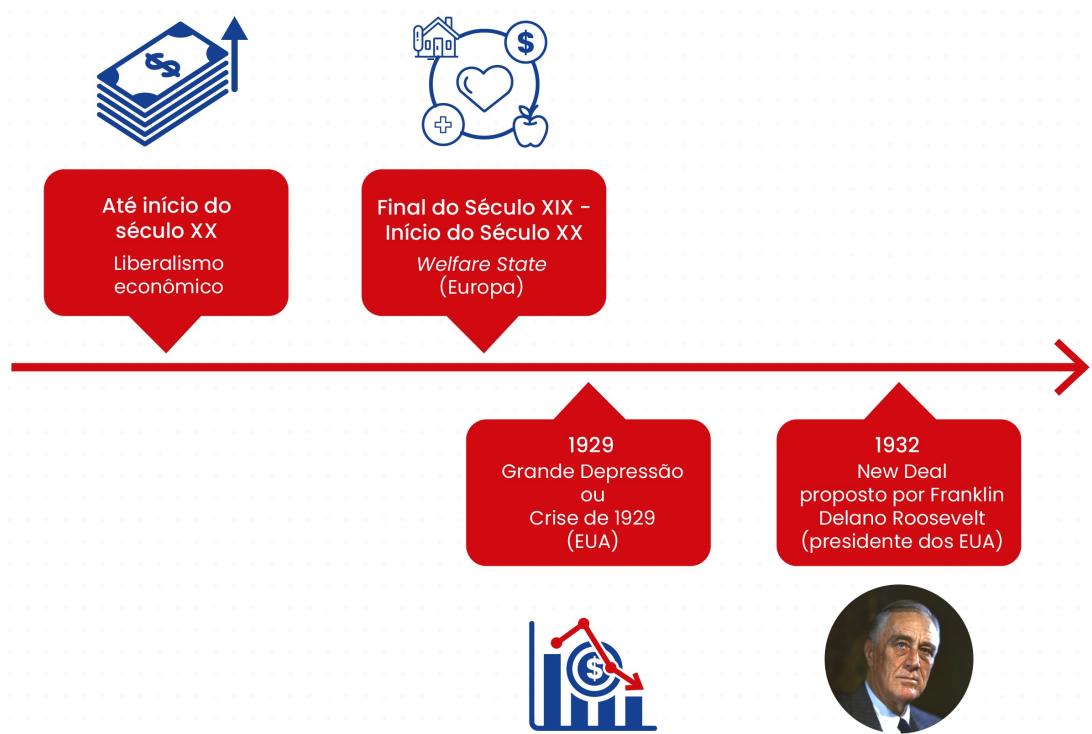
No começo do século XX, o capitalismo avançava agressivamente, e o modelo de liberalismo econômico adotado na época defendia a não intervenção do Estado na economia (CALDAS, 2020). Essas ideologias não se mostraram bem-sucedidas, culminando na quebra do sistema capitalista. O mundo presenciou uma das maiores crises econômicas da história, conhecida como a Grande Depressão, ou Crise de 1929, que assolou principalmente os Estados Unidos.

Desigualdade social, desemprego em massa e fome se tornaram os principais pesadelos do cotidiano estadunidense no período. Essa desestabilização socioeconômica revelou as grandes falhas e fraquezas do capitalismo e da concentração de renda, indicando a necessidade urgente de mudança de pensamento da sociedade e de modelo socioeconômico.

Para contornar a grande crise econômica, o presidente democrata eleito nos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, eleito em 1932, adotou um novo plano econômico, chamado New Deal. As ideias do economista John Maynard Keynes (1884-1946) deram origem a um novo modelo socioeconômico, conhecido como neoliberalismo. Este modelo, ao contrário do anterior, defendia a intervenção do Estado na economia por intermédio, por exemplo, de emissões monetárias, de investimentos estatais e de políticas públicas de combate ao desemprego.

A ideia do New Deal também teve como base os princípios de uma nova forma de organização política e econômica que havia surgido na Europa no final do século XIX, conhecida como *Welfare State* (Estado do bem-estar social). Até meados do século XX, esse modelo se disseminou por vários países de Primeiro Mundo, como Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia. No Brasil, apesar de uma postura mais estadista proposta por Getúlio Vargas, o modelo nunca chegou a se consolidar verdadeiramente.

Em suma, o *Welfare State* designa o Estado como agente assistencial, ou seja, confere a ele o papel de responsabilidade social, cabendo-lhe garantir os direitos sociais universais à população, como educação, saúde, alimentação, moradia, emprego e, até mesmo, previdência social. A implementação do *Welfare State* trouxe à tona uma nova forma de interpretar e de conduzir o modelo capitalista, levantando a bandeira dos direitos humanos além da ótica da produção e dos lucros a qualquer custo.



**FIGURA 1 - Linha cronológica com importantes marcos na história da economia mundial**

Fonte: Elaborada pela autora.

Contudo, com o passar do tempo, a ideia de responsabilidade designada ao Estado começa a se expandir para outros agentes sociais, como as empresas. A partir de então, surge a responsabilidade social corporativa — e é sobre isso que discutiremos no próximo tópico.

#### Responsabilidade social do Estado para as empresas

A partir de tudo o que foi visto até o momento, sugerimos agora o vídeo sobre responsabilidade social no mundo corporativo, para desenvolver e adentrar um pouco mais do panorama de estudos proposto na unidade.

## Recurso Externo

Recurso é melhor visualizado no formato interativo

Seguindo a partir do que foi apresentado no vídeo, podemos continuar nos debruçando sobre a temática da responsabilidade social. Vamos lá?

A responsabilidade social empresarial pode ser conceituada como:

*a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (ROCHA, 2008, p. 75).*

Apesar de ser uma forma de gestão que implica a formulação e o cumprimento de metas pelas empresas, no Brasil, ainda não há uma legislação específica sobre a RSA a fim de direcionar as empresas nesse processo. Entretanto há um Projeto de Lei (PL nº 5343, de 2020) em trâmite no Senado com o intuito de instituir a Lei de Responsabilidade Social, além de enumerar os fundamentos das normas de responsabilidade social.

**SAIBA MAIS**

Para saber mais sobre o PPL nº 5343, de 2020, acesse:  
<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8909676&ts=1670945375230&disposition=inline> ou clique em 'expandir PDF'.

Agora que vimos o âmbito social da responsabilidade corporativa, precisamos nos aprofundar no modo como as questões ambientais foram incorporadas na condição de responsabilidade para as empresas, surgindo, assim, a RSA corporativa.

### O planeta pede socorro: surgimento das questões socioambientais

Apesar de os temas ambientais estarem "na moda" atualmente, os impactos antrópicos sobre o meio ambiente só começaram a ser debatidos no final do século XX (CALDAS, 2020). A relação entre o ser humano e os recursos naturais sempre foi de exploração, mas, até então, os impactos negativos gerados ainda não haviam sido tema de debate na sociedade.

Nos primórdios da evolução da espécie humana, utilizávamos os recursos naturais basicamente para garantir a sobrevivência da espécie. Quando o *Homo sapiens* se espalhou da África Oriental para o Oriente Médio, a Europa, a Ásia, a Austrália e a América, os seres humanos viviam da coleta de plantas e da caça de animais, sem causar grandes interferências na natureza. Entretanto, 12 mil anos atrás, um grande marco mudou os rumos da humanidade, e viria a causar grandes impactos no próprio planeta Terra (HARARI, 2020).

Anos antes do presente	Fato histórico
2,5 milhões	Evolução do gênero <i>Homo</i> na África. Primeiras ferramentas de pedra.
2 milhões	Humanos se difundem da África para a Eurásia. Evolução das distintas espécies humanas.
45 mil	Os <i>sapiens</i> povoam a Austrália. Extinção da megafauna australiana.
16 mil	Os <i>sapiens</i> se estabelecem na América. Extinção da megafauna americana.
12 mil	Revolução Agrícola. Domesticação de plantas e de animais. Povoações permanentes.
500	Revolução Científica. A humanidade admite a própria ignorância e começa a adquirir um poder sem precedente. Os europeus começam a conquistar a América e os oceanos. O planeta todo se torna um único palco histórico. Ascenção do capitalismo.
200	Revolução Industrial. Família e comunidade dão lugar ao Estado e ao mercado. Extinção em massa de plantas e de animais.

TABELA 1 - Linha do tempo da história da humanidade

Fonte: HARARI, 2020 [Adaptado].

A **Revolução Agrícola** mudou completamente a forma como a espécie humana se relaciona com os recursos naturais. O extrativismo deu lugar à produção controlada de algumas poucas espécies domesticadas por uma única espécie: o *Homo sapiens*. Essa grande transformação permitiu que a população humana crescesse exponencialmente e, mais tarde, se tornasse onipresente (HARARI, 2020).



FIGURA 1 - Tumba de Nakht, século XV a.C. Cenas agrícolas no Antigo Egito.  
Fonte: Norman de Garis Davies, Nina Davies / Wikimedia Commons.

Mais recentemente, no século XIX, a **Revolução Industrial** irrompe na Europa, e mais uma vez a relação do ser humano com a natureza passa por grandes transformações. Segundo Harari (2020), a Revolução Industrial seria, em essência, uma revolução na **conversão de energia**. Até então, o sistema manufatureiro dependia da energia mecânica, ou seja, da força humana, dos animais, dos ventos ou da água para o processo produtivo. Com o advento dos motores a vapor movidos a carvão natural para movimentar as máquinas, a produção se tornou muito mais eficiente e rápida, impulsionando exponencialmente a indústria e o comércio mundiais. Aprender a converter energia de maneira eficiente resolveu um grande problema do sistema capitalista: a carência de matéria-prima (HARARI, 2020).

Entretanto, ao resolver um problema, outros muito mais complexos foram criados. Os **combustíveis fósseis** que começaram a ser usados como fonte de energia (carvão natural e petróleo, por exemplo) emitem uma grande quantidade de **gases poluentes** na atmosfera. Além disso, esses recursos naturais são **não renováveis**, o que significa que existe uma reserva limitada deles em nosso planeta e que levam milhares de anos para se regenerarem.

Já no incício do século XX, os cientistas começaram a se preocupar com a velocidade que estávamos consumindo esses recursos naturais não renováveis, em consequência do crescimento desenfreado da indústria em todo o planeta. Impactos negativos na **qualidade do meio ambiente** também começaram a virar alvo de preocupação, bem como a quantidade exacerbada de **resíduos** que a humanidade estava produzindo.

*A economia moderna cresce graças à nossa confiança no futuro e à disposição dos capitalistas de reinvestir seus lucros na produção. Entretanto, isso não basta. O crescimento econômico também exige energia e matéria-prima, que são recursos finitos. Se e quando se esgotarem, todo o sistema vai entrar em colapso (HARARI, 2020, p. 354).*

Em 1962, Rachel Carson publicou o livro *Primavera Silenciosa* (*Silent Spring*, em inglês), que seria considerado um dos catalizadores do movimento ambientalista no mundo. Ao denunciar os perigos do uso de pesticidas (DDT), tanto para o meio ambiente quanto para o ser humano, Carson mostrou que a natureza é vulnerável à intervenção humana. Até então, pouco se discutia sobre as questões ambientais, mas o livro causou tamanho choque entre as pessoas que essa temática não poderia mais ser ignorada. A partir de então, a sociedade passou a reconhecer a necessidade de elaborar uma legislação mais rígida e protetiva do meio ambiente; assim, uma consciência socioambiental começou a ser instaurada.

Atualmente, pode-se dizer que o mal do século são as **mudanças climáticas**, decorrentes do **aquecimento global**. Esse conjunto de alterações abióticas e bióticas em nível global, sem precedentes na história do planeta Terra, tem feito muitos cientistas, ativistas, governantes e empresários perderem o sono. As consequências das mudanças climáticas são tão preocupantes que diversos países e entidades do mundo todo vêm juntando esforços nas últimas décadas na tentativa de mitigar os impactos que estamos causando no planeta.

## REFLITA

“Quando o último rio secar, a última árvore for cortada  
e o último peixe, pescado, eles vão entender que dinheiro não se come”.

Cacique Seattle (1855)



Acordos internacionais, pactos globais, documentos norteadores e legislações em todos os níveis de atuação têm sido elaborados em prol dessa causa. Entretanto, apesar de toda essa mobilização, a falta de consciência ambiental ainda tem levado a algumas atitudes e pensamentos que parecem ir contra a maré. Para entender um pouco mais sobre o tema e, principalmente, sobre a situação do Brasil nesse contexto, leia o artigo a seguir.

## DICA

Leia o artigo 'Como as alterações climáticas estão transformando a sociedade atual', de Lara e Brasil, disponível da página 343 a 359, do livro 'Relação de consumo, socioambientalismo e constitucionalismo latino-americano'.

Acesse o *link*

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187904/pdf/0?code=V/p9uoYoxCoSWre0ZTxVKkZkDYPazIzWv8x3PsgQ2aQ6HxDx/ZcVBheF0hwu4fiaI2ZSQY9Hfllh4wk1XegXA==> e confira o material.



Conforme vimos na leitura anterior, apesar do avanço nas discussões sobre o meio ambiente, o Brasil tem enfrentado um grande retrocesso na tutela dos direitos socioambientais. Ao que parece, a disputa por interesses individuais ou de alguns pequenos grupos da sociedade está ameçando o bem-estar da coletividade. Isso quer dizer que o caminho pela frente na luta ambientalista ainda é longo e desafiador, mas tão necessário como nunca.

### **Empresas e indústrias como agentes de RSA**

Os movimentos que defendiam agregar as questões ambientais à responsabilidade social se fortaleceram somente na década de 1990, após a Primeira (1984) e a Segunda (1991) Conferências Mundiais da Indústria sobre gerenciamento ambiental. Contudo a RSA foi definitivamente consolidada no mundo corporativo na Agenda 21, documento assinado por diversos países em decorrência da Eco-92 (ou Rio-92; Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e o Desenvolvimento), que aconteceu em 1992, na cidade do Rio de Janeiro. O Capítulo 30 do documento versa sobre o fortalecimento do papel do comércio e da indústria, e designa a função de RSA diretamente para empresas e indústrias.

*30.2. As políticas e operações do comércio e da indústria, inclusive das empresas transnacionais, podem desempenhar um papel importante na redução do impacto sobre o uso dos recursos e o meio ambiente por meio de processos de produção mais eficientes, estratégias preventivas, tecnologias e procedimentos mais limpos de produção ao longo do ciclo de vida do produto, assim minimizando ou evitando os resíduos. Inovações tecnológicas, desenvolvimento, aplicações, transferências e os aspectos mais abrangentes da parceria e da cooperação são, em larga medida, da competência do comércio e da indústria (CONFERÊNCIA..., 1995, p. 387).*

Além da Agenda 21 global, foi redigido um documento específico para cada país, com o intuito de organizar as ações prioritárias de acordo com as proposições da Agenda 21. A "Agenda 21 brasileira" foi lançada em 2002 e atualizada em 2004 e também destaca a RSA como importante ação prioritária em prol do meio ambiente. De acordo com o Objetivo 2 do documento, intitulado "Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas":

*O espírito prático desse empresariado assimilou a idéia de que a ecoeficiência e o meio ambiente, ao invés de atrapalhar a atividade produtiva, em realidade contribuem para a criação de resultados positivos. Preparar as empresas brasileiras para competir internacionalmente em condições ideais de ecoeficiência e responsabilidade social é condição necessária à expansão e internacionalização de seus negócios em ambiente competitivo com os padrões hoje vigentes.*

*O comprometimento das empresas com a sustentabilidade inicia-se pelo cumprimento das exigências da legislação ambiental, passando por programas internos de conscientização e de adoção de normas voluntárias, os quais, por serem endógenos e espontâneos, tendem a ser mais eficiente e, portanto, devem ser estimulados. Tais compromissos contribuem para melhorar a imagem da empresa, além de aumentar a produtividade e a competitividade, com a incorporação de novos instrumentos de gestão e novas tecnologias, mais avançadas (AGENDA 21..., 2004, p. 34) .*

Para colocar as ações propostas pela Agenda 21 em prática, um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada criou, em 1998, o Instituto Ethos, com o objetivo de mobilizar, de sensibilizar e de auxiliar empresas brasileiras a implementarem práticas de RSA nos negócios. No ano seguinte, na 1ª Conferência do Instituto Ethos, a Câmara Municipal de São Paulo lançou o selo Empresa Cidadã. Assim, inseriu-se a semente da RSA no mundo corporativo brasileiro.

## Princípios da RSA

No dia 1º de novembro de 2010 foi publicada a **Norma Internacional de Responsabilidade Social (ISO 26000)**, desenvolvida por cerca de 450 especialistas de 99 países. A ISO 26000 é uma norma de diretrizes que aponta orientações para todos os tipos de organização, de qualquer porte ou localização no mundo, sobre a responsabilidade social. O uso dela é voluntário e não apresenta fins de certificação.

SAIBA MAIS

Ficou interessado na ISO 26000?

Então, assista ao vídeo 'Hoje eu tenho um sonho', sobre o lançamento da ABNT NBR ISO 26000 — diretrizes sobre responsabilidade social, acessando:

[https://www.youtube.com/watch?v=6tfNV8LbhuA&ab\\_channel=abntweb](https://www.youtube.com/watch?v=6tfNV8LbhuA&ab_channel=abntweb)

Segundo a ISO 26000, a **responsabilidade social** se expressa quando uma organização considera as questões socioambientais nas decisões e nas atividades e se responsabiliza pelos impactos que causa na sociedade e no meio ambiente, mediante um **comportamento ético e transparente**. As organizações devem, então, visar a um **desenvolvimento sustentável** e promover a **saúde e o bem-estar** da sociedade, ao mesmo tempo em que consideram as **partes interessadas (stakeholders)** e se mantêm em conformidade com a **legislação** aplicável e com as **normas internacionais** de comportamento. Em suma, as organizações devem agir de maneira integrada e praticar as ações de responsabilidade em todas as relações.

Na prática, para exercer a RSA, as organizações devem pautar os próprios comportamentos e atitudes em um conjunto de normas, de diretrizes ou de regras de conduta que respeite uma série de princípios. A ISO 26000 propõe uma lista com **sete princípios** da responsabilidade social, que veremos com mais detalhes a seguir.

Os sete princípios da responsabilidade social

De acordo com a ISO 26000, os sete princípios da responsabilidade social são: prestação de contas e responsabilidade, transparência, comportamento ético, respeito pelos interesses das partes interessadas, respeito pelo Estado de direito, respeito pelas normas internacionais de comportamento e direito aos humanos. Agora, vamos ver sobre o que cada um trata, especificamente.

### **Prestação de contas e responsabilidade (*accountability*, em inglês)**

O primeiro princípio sugere que a organização se responsabilize não somente pelas próprias ações e decisões, mas também pelas consequências e pelos impactos que elas venham a causar na sociedade, na economia e no meio ambiente, principalmente se forem significativamente negativas.

Também é recomendado que a organização preste contas sobre essas ações aos órgãos competentes e/ou governos e às demais partes interessadas, citando erros e medidas que foram tomadas para mitigá-los e para evitar que venham a ocorrer novamente. É importante que a organização aceite ser submetida a investigações e assuma o dever de responder a elas, quando se fizer necessário.

### **Transparência**

O segundo princípio recomenda que a organização atue de forma transparente nas ações que impactam a sociedade e o meio ambiente. Para exercer esse princípio, é fundamental divulgar prontamente, de forma clara, precisa, comprehensível e informativa, as decisões e as atividades pelas quais a organização assume responsabilidade.

Entenda que isso não quer dizer que a empresa seja obrigada a divulgar informações sigilosas ou confidenciais. A transparência das informações serve, na verdade, para que as partes interessadas possam tomar ciência dos impactos causados pela organização e pelas ações responsáveis cabíveis que estão sendo tomadas. O que é recomendado é que a organização seja transparente em relação a alguns itens especificamente, por exemplo:

- propósito, natureza e localização das atividades;
- modo como as decisões são tomadas, implementadas e revistas;
- padrões e critérios usados na autoavaliação sobre a responsabilidade ambiental;
- impactos de decisões e de atividades na sociedade, na economia e no meio ambiente;
- outros.

### **Comportamento ético**

É recomendado que a organização aja de maneira ética, seguindo valores de honestidade, de equidade e de integridade, que, na prática, são expressados como preocupação com pessoas, com animais e com o meio ambiente. Este princípio está em completo acordo com o conceito de responsabilidade social proposto pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), uma associação mundial focada em desenvolver ações empresariais sustentáveis.

*Responsabilidade social corporativa é o compromisso permanente dos empresários de adotar um **comportamento ético** e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo (CORPORATE..., 2000, on-line, tradução nossa).*

Tendo em vista a relevância do tema "princípios da responsabilidade social", discutido nesta unidade, assista ao vídeo sobre comportamento ético, para somar ainda mais conhecimento ao campo de estudos sobre o qual nos debruçamos aqui.

## **Recurso Externo**

Recurso é melhor visualizado no formato interativo

A partir do que foi apresentado no vídeo sobre o princípio do comportamento ético, podemos continuar nos debruçando sobre a temática dos princípios da responsabilidade social. Vamos lá?

### **Respeito pelos interesses das partes interessadas (*stakeholders*)**

Além dos próprios proprietários, sócios conselheiros, associados ou clientes, outras pessoas ou instituições (*stakeholders*) podem demonstrar interesse ou apresentar direitos e reivindicações sobre uma determinada organização. É aí que entra o quarto princípio. A ISO 26000 recomenda ouvir, considerar e responder aos interesses das partes interessadas. É importante considerar os pontos de vista das partes interessadas, principalmente as que possam ser afetados por uma ação direta da organização, para de fato agir com RSA.

### **Respeito pelo Estado de direito**

O Estado de direito se refere à supremacia da lei, *i.e.*, à ideia de que nada nem ninguém está acima da lei e que todos são iguais perante ela. Assim, respeitar o Estado de direito significa obedecer a todas as leis e aos regulamentos aplicáveis, em todas as jurisdições, sejam elas municipais, estaduais ou nacionais. Isso implica no fato de que a organização deve estar, primeiramente, ciente da existência dessas normas e leis e, então, se responsabilizar por cumpri-las.

### **Respeito pelas normas internacionais de comportamento**

Paralelamente ao respeito pelo Estado de direito, é recomendado que a organização respeite também as normas internacionais de comportamento, mesmo que não haja obrigação legal. Adicionalmente, recomenda-se a não associação a outras organizações que não sigam essas normas.

### **Direito aos humanos**

A organização deve reconhecer e respeitar os direitos humanos, a importância e a universalidade deles, ou seja, o fato de que eles devem ser aplicados em todos os países, culturas e situações. É recomendado, inclusive, promover os direitos listados na Carta Internacional dos Direitos Humanos.

### Os quatro princípios ambientais

Além dos princípios da responsabilidade social supracitados, que, de certa forma, mencionam a questão ambiental em alguns tópicos, a ISO 26000 pontua quatro princípios específicos para o tema do meio ambiente. Vejamos esses princípios no infográfico a seguir, clicando nos círculos do lado direito.

## Recurso Externo

Recurso é melhor visualizado no formato interativo

## Abordagens e estratégias da RSA

Por último, a ISO 26000 pontua algumas abordagens e estratégias a serem executadas pelas organizações no tema do meio ambiente, a fim de promover ações e decisões que visem à mitigação dos diversos problemas sociais e ambientais do planeta, a partir dos princípios da RSA.

<b>Abordagem de ciclo de vida</b>	A redução dos impactos ambientais de produtos e serviços e o aumento do desempenho socioeconômico devem ser feitos em toda a cadeia produtiva até o consumo e o descarte do produto.
<b>Avaliação de impacto ambiental</b>	É recomendado avaliar os possíveis impactos ambientais que serão gerados pelas atividades de uma organização antes mesmo que elas comecem; os resultados dessa avaliação devem ser considerados no processo decisório.
<b>Produção mais limpa e ecoeficiência</b>	Visa ao uso mais eficiente dos recursos naturais e à menor geração de poluentes e de resíduos pelas atividades da organização.
<b>Abordagem de sistema de produto-serviço</b>	Mudança de foco da venda ou do fornecimento de produtos para venda, ou do fornecimento de um sistema de produtos e serviços que satisfaçam as necessidades do consumidor, como a locação ou o compartilhamento.
<b>Uso de tecnologias e práticas ambientalmente sólidas</b>	Adotar e/ou promover tecnologias e práticas ambientalmente sólidas.
<b>Práticas de compras sustentáveis</b>	No papel de consumidora (de matéria-prima, por exemplo), a organização deve preferir produtos ou serviços com desempenho ambiental, social e ético.
<b>Aprendizagem e conscientização</b>	Promover conscientização e aprendizagem adequadas dentro da própria organização e dentro da área de influência dela.

QUADRO 2 - Abordagens e estratégias propostas pela ISO 26000 para as atividades de gestão ambiental de empresas

Fonte: ABNT, 2010 [Adaptado].

Logicamente, os empresários não precisam ficar engessados apenas com essas abordagens e estratégias, podendo adaptá-las e criar algumas novas, de acordo com o negócio. Porém, se uma empresa colocar em prática as abordagens citadas ou, de outra forma, seguir os princípios estipulados pela ISO 26000, ela estará atuando no caminho da RSA.

## Considerações finais

Nesta unidade, você teve a oportunidade de:

- conceituar o termo Responsabilidade Socioambiental (RSA);
- entender quais foram os fatos históricos que levaram à necessidade da incorporação da RSA no mundo corporativo;
- compreender e refletir sobre os problemas sociais gerados por nosso modelo econômico;
- refletir sobre as ações humanas e sobre os impactos antrópicos no meio ambiente;
- identificar os princípios que embasam a RSA, mais especificamente o meio ambiente;
- elencar abordagens e estratégias de RSA.

Iniciamos nossos estudos conceituando a RSA, sendo ela a responsabilidade que uma empresa ou organização tem com a sociedade e com o meio ambiente além das obrigações legais e econômicas. Então, compreendemos quais foram os grandes fatos históricos que levaram às discussões sobre os direitos humanos e ambientais na sociedade humana. Começamos desde a evolução da espécie humana, passando pela Revolução Agrícola e pela Revolução Industrial, até chegarmos às crises econômicas do modelo capitalista desde o século XX, e como todos esses fatores levaram a grandes mudanças no modo de pensar da sociedade. Depois, destacamos os principais problemas ambientais pelos quais o planeta Terra vem passando, como as mudanças climáticas, em consequência do uso desenfreado dos recursos naturais em prol do desenvolvimento econômico humano.

Finalmente, entendemos como todas essas questões socioambientais atingiram o mundo corporativo, passando a se tornar responsabilidade das empresas e das organizações a manutenção do bem-estar da sociedade e do meio ambiente como um todo. Refletimos também sobre os sete principais princípios que devem reger a gestão empresarial, de acordo com a ISO 26000, sendo eles: prestação de contas e responsabilidade (*accountability*, em inglês); transparência; comportamento ético; respeito pelos interesses das partes interessadas (*stakeholders*); respeito pelo Estado de direito; respeito pelas normas internacionais de comportamento; direito aos humanos.

Também vimos os quatro princípios mais específicos para o meio ambiente, sendo eles: responsabilidade ambiental; abordagem preventiva; gestão de risco ambiental; o poluidor paga. Por último, elencamos algumas das abordagens e estratégias que as empresas podem colocar em prática a fim de exercer a responsabilidade ambiental.

Assim, concluímos esta unidade com muitas reflexões sobre as impactos negativos que temos deixado em nossa sociedade e no meio ambiente, e sobre o nosso papel em tentar solucionar todos esses problemas. Agora, depois de tudo o que discutimos até aqui, deixo uma reflexão final a você, caro estudante: afinal de contas, de quem é o dever ético de praticar a responsabilidade social? Do Estado, das empresas, de grandes grupos ou individual?

Agora que finalizamos este conteúdo, vamos testar seus conhecimentos com o *quiz* a seguir.

## **QUIZ**

**A partir da década de 1960, o mercado consumidor passou a exigir uma nova postura ética das empresas, tanto sobre questões sociais quanto ambientais. Como consequência, as empresas começaram a se preocupar com RSA, termo que deve ser cada vez mais levado em consideração por essas organizações. Sobre a RSA, é correto afirmar que:**

a

o conceito de RSA originou-se dentro do mundo corporativo e depois expandiu-se para o Estado.

**Resposta Incorreta:**

Incorreta. O conceito de RSA foi primeiramente designado ao Estado, principalmente no período do Welfare State, na Europa, e do New Deal, nos EUA. Somente depois, nas décadas de 1960 (EUA) e de 1970 (Europa), a RSA também foi designada a outras organizações, como empresas e indústrias.

b

as questões ambientais começaram a ser discutidas antes das sociais, tendo sido incorporadas primeiro como responsabilidade corporativa.

**Resposta Incorreta:**

Incorreta. As questões sociais, principalmente voltadas aos direitos humanos, começaram a ser discutidas com mais veemência na sociedade no início do século XX, com a instauração do New Deal, nos EUA, e do Welfare State, na Europa, enquanto as questões ambientais ganharam papel de destaque nas discussões corporativas globais no final do século XX, com a Primeira (1984) e a Segunda (1991) Conferências Mundiais da Indústria.

c

a responsabilidade sobre as questões sociais e ambientais do planeta é somente das empresas e das organizações financeiras.

**Resposta Incorreta:**

Incorreta. Apesar de RSA ser um termo diretamente ligado às empresas e às indústrias, a responsabilidade com questões sociais e ambientais é dever de todos: governo, empresas e de cada cidadão.

**d**

um exemplo de RSA são as ações filantrópicas praticadas pelas empresas, como auxílios financeiros aos necessitados.

**Resposta Incorreta:**

Incorreta. A filantropia não é considerada RSA, pois a primeira está mais focada em assistir as pessoas do que em promover transformações sociais, ambientais e econômicas mais profundas na sociedade.

**e**

a RSA foi consolidada no mundo corporativo por meio da Agenda 21, documento gerado após a Rio-92.

**Resposta Correta:**

Correta. O termo RSA foi definitivamente estabelecido dentro do mundo empresarial no Capítulo 30 ('Fortalecimento do papel do comércio e da indústria') da Agenda 21, documento gerado após a Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio-92. O documento designa a função de RSA diretamente para as empresas e para as indústrias.

## **Leia o trecho a seguir.**

A ISO 26000 é uma norma de diretrizes internacional com o intuito de direcionar todos os tipos de organizações quanto à responsabilidade social. De acordo com o documento, há sete princípios que embasam a responsabilidade social.

Sobre este tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. Geralmente, as empresas têm informações confidenciais sobre os negócios e, por isso, estão isentas de divulgar qualquer informação que envolva as decisões e as atividades relacionadas a ela.
- II. É recomendado que as organizações promovam os direitos postulados pela Carta Internacional dos Direitos Humanos, em todos os países, culturas e situações.
- III. As organizações devem prestar contas sobre as próprias atividades apenas aos órgãos competentes e/ou aos governos, já que qualquer outra instituição ou pessoa que demonstrar interesse pelas atividades dela pode representar um potencial competidor de mercado.
- IV. O comportamento ético de uma organização deve refletir não somente a relação com os clientes ou o desenvolvimento de programas sociais e ambientais mas também a relação dela com funcionários e fornecedores.

É correto o que se afirma em:

- a** I e II, apenas.

**Resposta Incorreta:**

Incorreta. A afirmativa I está incorreta, pois, segundo o princípio da transparência, apesar de as empresas não precisarem divulgar informações confidenciais e sigilosas, elas devem divulgar, de forma clara, informativa e prestativa, as decisões e as atividades pelas quais são responsáveis. A afirmativa II está correta, visto que se refere exatamente ao que propõe o princípio do “Direito aos humanos”. A afirmativa III está incorreta, porque, apesar de o princípio da accountability recomendar que a organização preste contas, de fato, aos órgãos competentes e/ou aos governos, o princípio do respeito pelos interesses das partes interessadas recomenda que ela também considere os interesses das partes interessadas e responda a elas. A afirmativa IV está correta, afinal, de acordo com o princípio do comportamento ético, deve haver coerência entre o discurso da organização e todas as ações desta, o que inclui tanto as partes externas (como clientes e instituições de caridade) quanto internas (funcionários, fornecedores, por exemplo).

- b** II e III, apenas.

**Resposta Incorreta:**

Incorreta. A afirmativa I está incorreta, pois, segundo o princípio da transparência, apesar de as empresas não precisarem divulgar informações confidenciais e sigilosas, elas devem divulgar, de forma clara, informativa e prestativa, as decisões e as atividades pelas quais são responsáveis. A afirmativa II está correta, visto que se refere exatamente ao que propõe o princípio do “Direito aos humanos”. A afirmativa III está incorreta, porque, apesar de o princípio da accountability recomendar que a organização preste contas, de fato, aos órgãos competentes e/ou aos governos, o princípio do respeito pelos interesses das partes interessadas recomenda que ela também considere os interesses das partes interessadas e responda a elas. A afirmativa IV está correta, afinal, de acordo com o princípio do comportamento ético, deve haver coerência entre o discurso da organização e todas as ações desta, o que inclui tanto as partes externas (como clientes e instituições de caridade) quanto internas (funcionários, fornecedores, por exemplo).

**c**

II e IV, apenas.

**Resposta Correta:**

Correta. A afirmativa I está incorreta, pois, segundo o princípio da transparência, apesar de as empresas não precisarem divulgar informações confidenciais e sigilosas, elas devem divulgar, de forma clara, informativa e prestativa, as decisões e as atividades pelas quais são responsáveis. A afirmativa II está correta, visto que se refere exatamente ao que propõe o princípio do “Direito aos humanos”. A afirmativa III está incorreta, porque, apesar de o princípio da accountability recomendar que a organização preste contas, de fato, aos órgãos competentes e/ou aos governos, o princípio do respeito pelos interesses das partes interessadas recomenda que ela também considere os interesses das partes interessadas e responda a elas. A afirmativa IV está correta, afinal, de acordo com o princípio do comportamento ético, deve haver coerência entre o discurso da organização e todas as ações desta, o que inclui tanto as partes externas (como clientes e instituições de caridade) quanto internas (funcionários, fornecedores, por exemplo).

**d**

IV, apenas.

**Resposta Incorreta:**

Incorreta. A afirmativa I está incorreta, pois, segundo o princípio da transparência, apesar de as empresas não precisarem divulgar informações confidenciais e sigilosas, elas devem divulgar, de forma clara, informativa e prestativa, as decisões e as atividades pelas quais são responsáveis. A afirmativa II está correta, visto que se refere exatamente ao que propõe o princípio do “Direito aos humanos”. A afirmativa III está incorreta, porque, apesar de o princípio da accountability recomendar que a organização preste contas, de fato, aos órgãos competentes e/ou aos governos, o princípio do respeito pelos interesses das partes interessadas recomenda que ela também considere os interesses das partes interessadas e responda a elas. A afirmativa IV está correta, afinal, de acordo com o princípio do comportamento ético, deve haver coerência entre o discurso da organização e todas as ações desta, o que inclui tanto as partes externas (como clientes e instituições de caridade) quanto internas (funcionários, fornecedores, por exemplo).

**e**

Nenhuma das alternativas.

**Resposta Incorreta:**

Incorreta. A afirmativa I está incorreta, pois, segundo o princípio da transparência, apesar de as empresas não precisarem divulgar informações confidenciais e sigilosas, elas devem divulgar, de forma clara, informativa e prestativa, as decisões e as atividades pelas quais são responsáveis. A afirmativa II está correta, visto que se refere exatamente ao que propõe o princípio do “Direito aos humanos”. A afirmativa III está incorreta, porque, apesar de o princípio da accountability recomendar que a organização preste contas, de fato, aos órgãos competentes e/ou aos governos, o princípio do respeito pelos interesses das partes interessadas recomenda que ela também considere os interesses das partes interessadas e responda a elas. A afirmativa IV está correta, afinal, de acordo com o princípio do comportamento ético, deve haver coerência entre o discurso da organização e todas as ações desta, o que inclui tanto as partes externas (como clientes e instituições de caridade) quanto internas (funcionários, fornecedores, por exemplo).

**Leia o trecho a seguir.**

Uma pesquisa realizada pela NielsenIQ revelou que, cada vez mais, os consumidores estão dispostos a investir em produtos e serviços oferecidos por empresas que sejam socioambientalmente corretas. Tendo isso em vista, analise as asserções a seguir e a relação entre elas.

As organizações em geral, como empresas e indústrias, devem praticar e divulgar ações que visem ao desenvolvimento sustentável.

#### PORQUE

Elas devem priorizar os lucros e a alta produtividade acima de tudo, e ser uma empresa “verde” conquista mais clientes.

Assinale a alternativa correta.

**a**

As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

#### **Resposta Incorreta:**

Incorreta. A asserção I é uma proposição verdadeira, mas a asserção II é uma proposição falsa. Apesar de uma empresa “verde” conquistar mais clientes no mundo moderno, para ter RSA e visar ao desenvolvimento sustentável, a organização não deve priorizar os lucros e a alta produtividade acima de tudo, especialmente quando pode ser necessário infringir os direitos humanos e impactar negativamente o meio ambiente para atingir tal feito.

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a

**b**

asserção II é uma proposição falsa.

**Resposta Correta:**

Correta. A asserção I é uma proposição verdadeira, mas a asserção II é uma proposição falsa. Apesar de uma empresa “verde” conquistar mais clientes no mundo moderno, para ter RSA e visar ao desenvolvimento sustentável, a organização não deve priorizar os lucros e a alta produtividade acima de tudo, especialmente quando pode ser necessário infringir os direitos humanos e impactar negativamente o meio ambiente para atingir tal feito.

**c**

As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

**Resposta Incorreta:**

Incorreta. A asserção I é uma proposição verdadeira, mas a asserção II é uma proposição falsa. Apesar de uma empresa “verde” conquistar mais clientes no mundo moderno, para ter RSA e visar ao desenvolvimento sustentável, a organização não deve priorizar os lucros e a alta produtividade acima de tudo, especialmente quando pode ser necessário infringir os direitos humanos e impactar negativamente o meio ambiente para atingir tal feito.

**d**

A asserção I é uma proposição falsa, e a asserção II é uma proposição verdadeira.

### **Resposta Incorreta:**

Incorreta. A asserção I é uma proposição verdadeira, mas a asserção II é uma proposição falsa. Apesar de uma empresa “verde” conquistar mais clientes no mundo moderno, para ter RSA e visar ao desenvolvimento sustentável, a organização não deve priorizar os lucros e a alta produtividade acima de tudo, especialmente quando pode ser necessário infringir os direitos humanos e impactar negativamente o meio ambiente para atingir tal feito.

e

As asserções I e II são proposições falsas.

### **Resposta Incorreta:**

Incorreta. A asserção I é uma proposição verdadeira, mas a asserção II é uma proposição falsa. Apesar de uma empresa “verde” conquistar mais clientes no mundo moderno, para ter RSA e visar ao desenvolvimento sustentável, a organização não deve priorizar os lucros e a alta produtividade acima de tudo, especialmente quando pode ser necessário infringir os direitos humanos e impactar negativamente o meio ambiente para atingir tal feito.

## **Referências**

ABNT NBR ISO 26000 — a norma brasileira de responsabilidade social. [S. l.: s. n.], 2010. 1 vídeo (4 min.). Publicado pelo canal abntweb. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6tfNV8LbIuA>. Acesso em: 3 jan. 2023.

ABNT — ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 26000**. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

AGENDA 21 brasileira. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

ALENCASTRO, M. **Empresas, ambiente e sociedade: introdução à gestão socioambiental corporativa**. Curitiba, Intersaber, 2012.

ALESSIO, R. **Responsabilidade social das empresas no Brasil**: reprodução de postura ou novos rumos? Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2004.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5343, de 2020**. Institui a Lei de Responsabilidade Social; estabelece normas de responsabilidade social para a redução da pobreza e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8909676&ts=1670945375230&disposition=inline>. Acesso em: 3 jan. 2023.

CALDAS, R. M. **Responsabilidade Socioambiental**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2020.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1995.

CORPORATE social responsibility: making good business sense. Genebra: WorldBusiness Council for Sustainable Development, 2000. Disponível em: <https://www.worldcat.org/pt/title/corporate-social-responsibility-making-good-business-sense/oclc/53238304>. Acesso em: 3 jan. 2023.

DAHLERUD, A. How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [S. /], v. 15, p. 1-13, 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/csr.132>. Acesso em: 3 jan. 2023.

HARARI, Y. N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. 1. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2020.

MANZOLI, P. Da responsabilidade social do Estado para a responsabilidade social das empresas. **Revista Segurança Urbana e Juventude**, Araraquara, v. 4, n. 1/2, p. 1-14, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/5032/4174>. Acesso em: 3 jan. 2023.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NOVO, B. N. Responsabilidade socioambiental. **DireitoNet**, 2019. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11152/Responsabilidade-socioambiental>. Acesso em: 3 jan. 2023.

PEREIRA, A. O. K.; CALGARO, C.; ALMEIDA, J. C. **Relação de consumo, socioambientalismo e constitucionalismo latino-americano**. Caxias do Sul: EDUCS, 2019.

ROCHA, K. J. **Ética e cidadania no setor público**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2008. Disponível em: [http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/548/ETICA\\_E\\_CIDADANIA\\_NO\\_SETOR\\_PUBLICO.PDF?sequence=1&isAllowed=y](http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/548/ETICA_E_CIDADANIA_NO_SETOR_PUBLICO.PDF?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 3 jan. 2022.

SIQUEIRA, J. C. de. **Ética socioambiental**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

SUSTENTABILIDADE e saudabilidade, os dois “S”s que colocam o seu produto na mente de muitos brasileiros. **NielsenIQ**, 2021. Disponível em: <https://nielseniq.com/global/pt/insights/analysis/2021/sustentabilidade-e-saudabilidade-os-dois-ss-que-colocam-o-seu-produto-na-mente-de-muitos-brasileiros/>. Acesso em: 3 jan. 2023.